

# Aspectos conceituais e referenciais

1

Neste capítulo, apresentaremos uma breve digressão de conceitos integradores e organizadores da relação empresa e meio ambiente para o entendimento da ideologia ecológica a ser aplicada nas organizações com o objetivo de propagar o desenvolvimento sustentável da sociedade de maneira abrangente. Os conceitos abordados levam o leitor a reflexão e entendimento para a aplicação das ciências econômicas no processo ambiental.

## 1.1 A necessidade de um conceito integrador e organizador

O movimento das organizações rumo a uma forma de fazer negócios mais sensíveis em relação ao meio ambiente está claramente em curso. Mais e mais organizações estão entrando no marketing verde e mais e mais organizações estão desenvolvendo políticas ambientais e introduzindo programas de redução, reciclagem e reutilização de recursos. Um número cada vez maior de empresas já está se beneficiando das muitas oportunidades competitivas oferecidas pela questão ambiental.

Dispomos de exemplos suficientes das organizações mais empreendedoras para concluir que uma resposta proativa à questão ambiental pode fortalecer as organizações e sua posição competitiva:

- evitando os custos de multas, despoluição e processos judiciais;
- reduzindo a quantidade de material usado;
- reduzindo o nível de consumo e os custos da energia;

- reduzindo os custos de manuseio e descarte de resíduos;
- criando novas oportunidades de venda a novos clientes mais sensíveis à questão ambiental;
- mantendo os nichos de mercado compostos de clientes antigos que desejam produtos favoráveis ao meio ambiente;
- criando novos produtos e serviços para novas oportunidades de mercado;
- obtendo maior credibilidade em bancos e outras instituições financeiras;
- mantendo a elegibilidade para seguros menos dispendiosos;
- reduzindo os riscos de grandes desastres ambientais;
- desenvolvendo e adquirindo tecnologia nova;
- melhorando a imagem pública da empresa (KINLAW, 1997).

Segundo o mesmo autor, apesar de estarem se tornando cada vez mais óbvias as vantagens de se tornar verde, o movimento rumo a uma forma ambientalmente mais sensível de fazer negócios ainda tende a ser fragmentado, desequilibrado e reacionário – voltado principalmente à resolução dos problemas depois que já ocorreram.

Até mesmo as organizações que têm desenvolvido políticas ambientais, ou tomado amplas iniciativas ambientais, nem sempre agiram assim com base em uma premissa suficientemente clara para comunicar a seu pessoal por que devem trabalhar com o meio ambiente e como devem trabalhar com o meio ambiente.

## 1.2 As relações das empresas com o meio ambiente em uma visão sistêmica

Independentemente do tipo jurídico e de seus objetivos, seja com fins lucrativos ou fins puramente sociais, as organizações não são ilhas isoladas que não se relacionam com outras organizações, com a comunidade ou ainda com o meio ambiente onde se localizam. Ou seja, não são sistemas organizacionais fechados.

Pelo contrário, são sistemas abertos. Sob o ponto de vista sistêmico, as organizações são tipificadas como sistemas abertos, pois compreendem um

conjunto de partes em constante interação, constituindo um todo orientado para determinados fins e em permanente relação de interdependência com o ambiente externo.

Mudanças de fatores externos à organização implicam alterações no ambiente interno das mesmas. Quanto aos fatores externos, o autor supramencionado refere alterações nas reservas de recursos naturais, modificações nas leis e regulamentos, condições de competições, inovações tecnológicas, mudanças das condições sociopolíticas, além de novas tecnologias de gestão empresarial. Aspectos diversos contribuem para tais mudanças.

Competitividade, eficiência, qualidade, produtividade, flexibilidade de produção, inovação tecnológica, satisfação de clientes, cuidados com o meio ambiente são alguns tópicos que fazem parte das preocupações cotidianas dos gestores na atualidade.

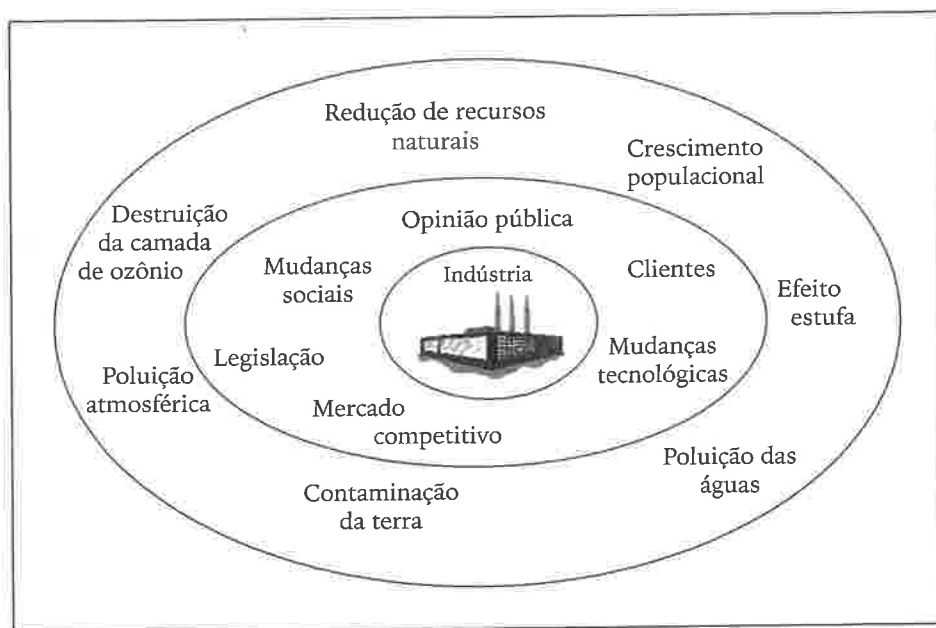
O meio ambiente e a gestão ambiental são variáveis que estão se destacando presentemente no meio empresarial. No contexto atual, com o mercado globalizado e altamente competitivo, processos tradicionais de gestão e controle necessitam ser repensados e reavaliados.

As organizações devem ser receptivas às novas propostas de gerenciamento. O planejamento e a execução de estratégias empresariais devem, necessariamente, adequar-se e contemplar processos de gestão ambiental de acordo com as características do meio ambiente regional onde a mesma está localizada.

Utilização racional dos recursos naturais, redução drástica de produtos poluidores, poluição das águas, crescimento populacional e planejamento familiar, preservação e recuperação do meio ambiente são expressões que deixaram de ser “chavões retóricos”. Ações para minimizar tais aspectos já estão sendo praticadas.

Talvez não no nível desejado e necessário, mas há um movimento crescente de conscientização, inclusive nas empresas, uma vez que tais aspectos, mesmo nas atividades industriais e comerciais com fins lucrativos, devem ser observados com vistas a um desenvolvimento sustentável.

A importância de aspectos relacionados ao meio ambiente e as preocupações das organizações com as gestões ambientais, que devem ser consideradas no planejamento, e estratégias a serem definidas pelas mesmas, podem ser visualizadas conforme a Figura 1.1:



Fonte: Campos, 1996.

Figura 1.1 Aspectos importantes que vêm contribuindo para uma maior preocupação das organizações em relação ao meio ambiente.

### 1.3 O desenvolvimento sustentável e a contabilidade ambiental

O termo *desenvolvimento sustentável* foi criado no ano de 1987 pela ex-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, e pode ser definido como

“aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades, como também é uma forma de otimizar o uso racional dos recursos naturais e a garantia de conservação e do bem-estar para as gerações futuras”.

Tal conceito não implica a busca de um estado de permanente harmonia, mas sim um contínuo processo de mudança, em que a orientação dos investimentos, o desenvolvimento de novas tecnologias e a exploração dos recursos estejam de acordo com as necessidades atuais e futuras da sociedade.

O conceito de desenvolvimento sustentável faz parte do Relatório de Brundtland, documento este que propõe diversas ações e diretrizes a serem

empreendidas para que se efetivem as mudanças necessárias, objetivando a redução das ameaças à sobrevivência e dar um rumo viável ao desenvolvimento.

Tal relatório chega a importantes conclusões, nas quais destacamos:

“De que valia será tal desenvolvimento para o mundo do próximo século, quando haverá o dobro de pessoas a depender do mesmo meio ambiente? Essa constatação ampliou nossa visão do desenvolvimento. Percebemos que era necessário um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano, não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e por um futuro longínquo. Assim, o desenvolvimento sustentável é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações em desenvolvimento, mas também pelas industrializadas.”

Em nosso entendimento, a contabilidade aplicada ao estudo do desenvolvimento sustentável assume uma dimensão macroeconômica. Visto sob esta ótica, o que se procura mensurar, em linhas gerais, é o reflexo da exploração dos recursos naturais no desenvolvimento das nações, e tais impactos devem estar mensurados no principal agregado produzido pelos sistemas de contas nacionais, qual seja, o Produto Interno Bruto (PIB).

Aceito pelo Banco Mundial como padrão de desempenho econômico, o PIB refere-se “ao valor agregado, depurado das transações intermediárias e medido a preços de mercado, de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico do país sob consideração” (ROSSETTI, 1979, p. 164).

O PIB pode ser calculado sob três diferentes opções que, ao final, apresentam um mesmo resultado, quais sejam:

**Sob a ótica da produção:** o PIB corresponde à soma dos valores agregados brutos pelos setores produtivos da economia, acrescentando os impostos indiretos e diminuindo os subsídios.

**Sob a ótica da renda:** o PIB é calculado a partir das remunerações pagas às unidades familiares sob a forma de salários, aluguéis, juros e lucros distribuídos. A essas remunerações são adicionados os impostos indiretos e deduzidos os subsídios.

**Sob a ótica do consumo:** o PIB resulta da soma do consumo das unidades familiares e do governo, mais os investimentos.

Determinada atividade econômica só se torna renda quando contextualizada dentro da chamada fronteira de produção. Todas as atividades não incluídas nesta fronteira não são registradas pelas contas nacionais e conseqüentemente não afetam o cálculo do PIB.

O conceito de produção mais utilizado atualmente é aquele estabelecido pelo manual de contabilidade das Nações Unidas, em que a produção é “toda atividade necessária para atender, nas ocasiões e lugares adequados, às necessidades

humanas, coletivas ou privadas, de bens e serviços materiais e imateriais, tangíveis ou intangíveis” (UNITED NATIONS, 1993).

Atualmente existe um pensamento consensual de que os recursos naturais desempenham papel importante nos processos produtivos, e, portanto, torna-se necessária a inclusão dos mesmos nos sistemas de contas nacionais (SCN).

No entendimento convencional das Nações Unidas, os recursos naturais são considerados como ativos não produzidos, e conseqüentemente a variação dos seus estoques não afeta as estimativas do PIB.

Nesse sentido, as receitas obtidas pelo consumo dos recursos naturais são computadas integralmente como ganhos para a economia, o que fornece uma posição equivocada da riqueza real dos países. Isso faz com que determinado país, ou unidade federada de um país, que tem seu crescimento econômico alicerçado na exploração dos seus recursos naturais, possa apresentar um incremento elevado no PIB, em períodos curtos de tempo, enquanto sua base de recursos naturais é exaurida.

Esta situação se reflete no Estado do Pará, o segundo maior Estado do Brasil, com um vasto potencial de recursos minerais e florestais, onde as exportações de recursos minerais giram em torno de 77% de seu PIB.

O comportamento refletido no PIB e nas exportações do Estado do Pará nas duas últimas décadas tem sido catalogado como bastante positivo, no entanto, a volumosa perda de capital natural pela envergadura dos grandes empreendimentos não é contabilizada, computando-se somente as receitas de vendas de ativos minerais sem o devido registro da sua exaustão, o que gera um PIB superestimado.

A solução na superação de tal distorção seria, portanto, a obtenção do Produto Interno Bruto Ajustado Ambientalmente, conhecido por PILA, que seria obtido pela dedução da exaustão do capital natural no cálculo do PIB, ou seja:

$$\text{PILA} = \text{PIB} - \text{Exaustão do Capital Natural}$$

Você já parou para pensar no que significa a palavra “progresso”? Pois então pense: estradas, indústrias, usinas, cidades, máquinas e muitas outras coisas que ainda estão por vir e que não conseguimos nem ao menos imaginar. Algumas partes desse processo todo são muito boas, pois melhoram a qualidade de vida dos seres humanos de uma forma ou de outra, como no transporte, na comunicação, na saúde etc. Mas agora pense só: será que tudo isso de bom não tem nenhum preço? Será que, para ter toda essa facilidade de vida, nós, humanos, não pagamos nada?

Você já ouviu alguém dizer que para tudo na vida existe um preço? Pois é, nesse caso não é diferente. O progresso, da forma como vem sendo feito, tem acabado com o ambiente ou, em outras palavras, destruído o planeta Terra e a Natureza. Um

estudioso do assunto disse uma vez que é mais difícil o mundo acabar devido a uma guerra nuclear ou a uma invasão extraterrestre (ou uma outra catástrofe qualquer) do que acabar pela destruição que nós, humanos, estamos provocando em nosso planeta. Você acha que isso tudo é um exagero? Então vamos trocar algumas ideias.

### O que é desenvolvimento sustentável?

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

O atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios; se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia a dia. Diante dessa constatação, surge a ideia do Desenvolvimento Sustentável (DS), buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, ao fim da pobreza no mundo. As pessoas que trabalharam na *Agenda 21* escreveram o seguinte:

“A humanidade de hoje tem a habilidade de desenvolver-se de uma forma sustentável, entretanto é preciso garantir as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades.”

Ficou confuso com tudo isso? Então, calma, vamos por partes. Essa frase toda pode ser resumida em poucas e simples palavras: desenvolver em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, ou seja, sem destruir o ambiente, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades (melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência). Será que dá para fazer isso? Será que é possível conciliar tanto progresso e tecnologia com um ambiente saudável?

Acredita-se que isso tudo seja possível, e é exatamente o que propõem os estudiosos em Desenvolvimento Sustentável (DS), que pode ser definido como: “equilíbrio entre tecnologia e ambiente, relevando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da equidade e justiça social”.

Para alcançarmos o DS, a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente; é aqui que entra uma questão sobre a qual talvez você nunca tenha pensado: qual a diferença entre crescimento e desenvolvimento?

A diferença é que o *crescimento* não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça sociais, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população.

O *desenvolvimento*, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas sim, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta.

O DS tem seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas:

- a satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer etc.);
- a solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);
- a participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);
- a preservação dos recursos naturais (água, oxigênio etc.);
- a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios);
- a efetivação dos programas educativos.

Na tentativa de chegar ao DS, sabemos que a Educação Ambiental é parte vital e indispensável, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas: a participação da população.

Texto: Marina Ceccato Mendes ([educar.sc.usp.br/biologia/textos/m\\_a\\_txt2.html](http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html))

“Desenvolvimento Sustentável é um projeto de gestão dos recursos naturais que prevê a satisfação das necessidades imediatas e prementes da humanidade sem que se comprometa a existência das futuras gerações de pessoas que habitarão a Terra.”

Trata-se, na realidade, da capacidade que devemos ter de gerenciar de forma mais racional, comedida e inteligente os recursos e meios que nos são concedidos pela Terra para evitar que ocorra uma devastação da mesma que comprometa a existência futura não só dos seres humanos, mas também de todas as espécies que vivem por aqui. A partir da ECO-92 definiu-se que cada país deveria criar uma *Agenda 21* (termo cunhado pela ONU) através da qual assumisse compromissos mediante projetos reais e viabilizáveis de combate às intempéries criadas em seu próprio contexto ambiental.

Há, a princípio, uma *Agenda 21 Global* que capitaneia esse projeto local, dando a todos eles as bases e princípios que devem regular sua ação. A definição de desenvolvimento sustentável surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Esse conceito representou uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente.

Muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende.

“Atividades econômicas podem ser encorajadas em detrimento da base de recursos naturais dos países. Desses recursos dependem não só a existência humana e a diversidade biológica, como o próprio crescimento econômico. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem”  
(Fonte: WWF – Brasil, Canal Verde TV).

Desenvolvimento sustentável é a forma de desenvolvimento que não agride o meio ambiente de maneira que não prejudica o desenvolvimento vindouro, ou seja, é uma forma de desenvolver sem criar problemas que possam atrapalhar e/ou impedir o desenvolvimento no futuro.

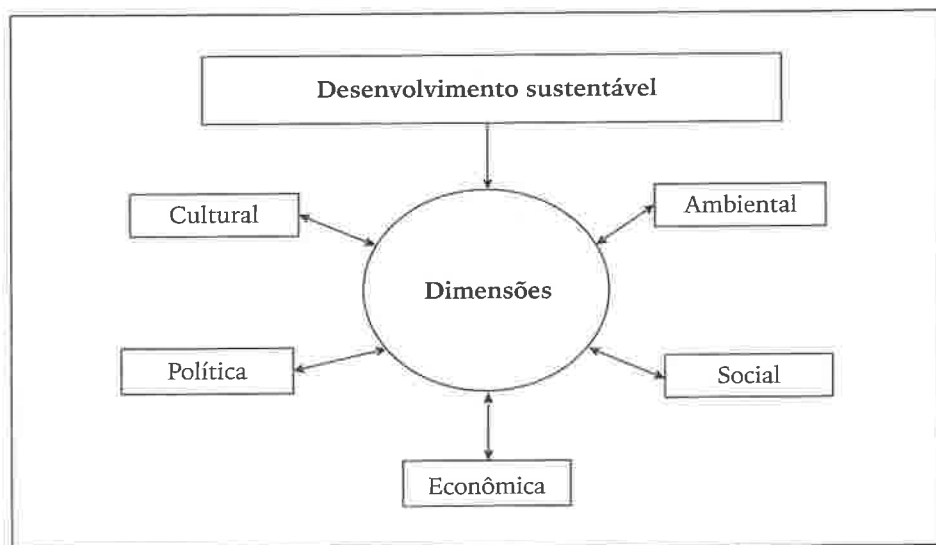
O desenvolvimento atual, apesar de trazer melhorias à população, trouxe inúmeros desequilíbrios ambientais, como o aquecimento global, o efeito estufa, o degelo das calotas polares, poluição, extinção de espécies da fauna e flora, entre tantos outros. A partir de tais problemas pensou-se em maneiras de produzir o desenvolvimento sem que o ambiente seja degradado.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável atua por meio de alguns aspectos:

- atender as necessidades fisiológicas da população;
- preservar o meio ambiente para as próximas gerações;
- conscientizar a população para que se trabalhe em conjunto;
- preservar os recursos naturais;
- criar um sistema social eficiente que não permite o mau envolvimento dos recursos naturais;

- criar programas de conhecimento e conscientização da real situação e de formas para melhorar o meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável não deve ser visto como uma revolução, ou seja, uma medida brusca que exige rápida adaptação e sim uma medida evolutiva que progride de forma mais lenta a fim de integrar o progresso ao meio ambiente para que se consiga em parceria **desenvolver sem degradar**. Existem três colunas imprescindíveis para a aplicação do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Esses devem ser dependentes um do outro para que caminhem lado a lado de forma homogênea. Como mostra a Figura 1.2.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 1.2 Dimensões do desenvolvimento sustentável.

Para Kraemer [entre 1995 e 2006, p. 1], o crescimento constante da população e o desenvolvimento econômico estão permanentemente ameaçando o ambiente, o que vem levando empresas a descobrir novas áreas de atividades relacionadas a produção de artigos que preservam a ecologia.

A nova visão de desenvolvimento que envolve o meio ambiente natural inclui os aspectos socioculturais numa posição de destaque, demonstra que a qualidade de vida dos seres humanos passa a ser a condição para o progresso. As propostas

de desenvolvimento sustentável estão baseadas na probabilidade de utilização dos recursos naturais, desde que sejam preservados para as gerações futuras. A concepção do desenvolvimento sustentável, embora de princípios aparentemente simples, direciona ao debate sobre a questão ambiental em qualquer setor das atividades humanas (DIAS, 2006).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU em 1983 (Comissão Brundtland), define que desenvolvimento sustentável seria aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (ALMEIDA, 2002).

O relatório produzido pela Comissão Brundtland (Nosso Futuro Comum) apresentou pela primeira vez uma definição mais elaborada do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DIAS, 2006).

O Relatório de Brundtland (apud STROBEL, 2005, p. 14) destaca que:

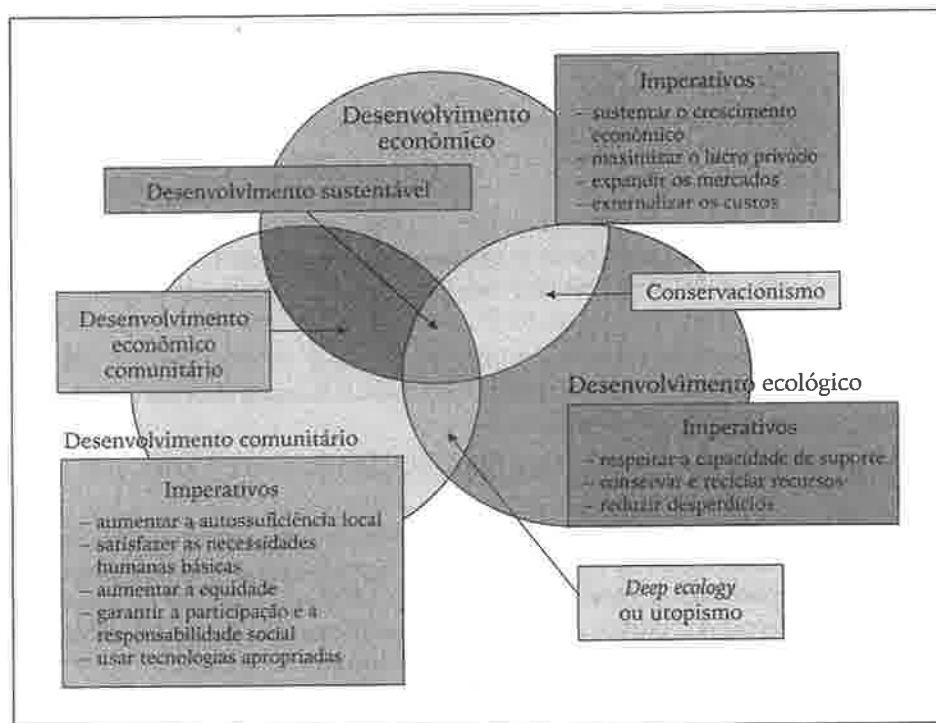
“o conceito de desenvolvimento sustentável tem limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade de biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico”.

Segundo Dias (2006), o relatório procura estabelecer uma harmonia do homem com a natureza como um centro que deve satisfazer às necessidades humanas. Salienta que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável e indica que a política ambiental deve completar o processo de desenvolvimento e não somente uma responsabilidade setorial fragmentada.

De acordo com o International Council for Local Environmental Initiatives – ICLEI (apud BARBIERI, 2000, p. 3),

“O desenvolvimento sustentável é um programa de ação para reformar a economia global e regional, cujo desafio é desenvolver testar e disseminar meios para mudar o processo de desenvolvimento econômico de modo que ele não destrua os ecossistemas e os sistemas comunitários.”

Na mesma linha de pensamento, o ICLEI (apud BARBIERI, 2000) menciona que, em nível local, existem sempre três diferentes processos de desenvolvimento, a saber, desenvolvimento econômico, comunitário e ecológico, cada qual com seus diferentes imperativos, conforme citados na Figura 1.3.



Fonte: ICLEI (apud BARBIERI, 2000, p. 7).

Figura 1.3 *Desenvolvimento sustentável em nível local.*

#### 1.4 Problemas advindos da noção de desenvolvimento sustentável

A noção de desenvolvimento sustentável originou-se de uma discussão mais geral relacionada ao confronto entre a necessidade de crescimento econômico e a necessidade de conservação dos recursos naturais. Ademais, foi legitimada por estabelecer um pretenso consenso entre essas duas dimensões, originalmente consideradas opostas (CASTELLS, 2000; FOLADORI; TOMMASINO, 2000; NOBRE, 2002). Tal consenso tem como princípio geral atender às necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras sanarem suas próprias necessidades.

Segundo Leis (1999, p. 159), o conceito de desenvolvimento sustentável faria parte de um processo de

“adoção oportunista e instrumental [...], por parte dos estados e das empresas, de novos valores trazidos pelo ambientalismo, com o objetivo de garantir a continuidade do sistema produtivo. Assim, a racionalidade econômica dominante diluiu o potencial transformador das origens do movimento ambiental, confundindo e dispersando suas ações” (LEFF, 2000).

O “capitalismo verde” tem como tese a funcionalidade desse tipo de desenvolvimento, pois apesar da sustentabilidade “seriam preservados não apenas os recursos naturais, mas também e acima de tudo, infelizmente, as relações de produção existentes” (VARGAS, 1999, p. 230). Para Foladori (1999), tais relações estabelecem os limites do desenvolvimento sustentável.

#### 1.5 O que é educação para o desenvolvimento sustentável?

Seguindo a Rio-92, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável indicou a UNESCO para ser o organismo coordenador do capítulo 36, responsável por acelerar as reformas na educação e coordenar as atividades dos parceiros.

A UNESCO foi também encarregada de fornecer apoio técnico e profissional aos Estados-membros, desenvolvendo currículos experimentais e material de treinamento; e disseminar políticas, programas e práticas inovadoras para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

- **Promoção e Melhoria da Educação Básica:** o acesso à educação básica ainda é um problema para muitos – especialmente meninas e adultos analfabetos. Aumentar simplesmente a alfabetização básica, como no ensino atual, não desenvolverá significativamente sociedades sustentáveis. Ao contrário, a educação básica deve focar na comunhão de conhecimento, habilidades, valores e perspectivas que encorajem e apoiem os cidadãos a levar vidas sustentáveis.
- **Reorientar a educação existente em todos os níveis em direção ao desenvolvimento sustentável:** repensar e revisar a educação desde a creche até a universidade para incluir mais princípios, habilidades, perspectivas e valores relacionados à sustentabilidade em cada uma das três esferas – social, ambiental e econômica – é importante para as sociedades atuais e futuras.
- **Desenvolver entendimento público e consciência da sustentabilidade:** avanços na direção de sociedades mais sustentáveis requerem uma população que seja ciente dos objetivos das sociedades sustentáveis e que tenha conhecimento e habilidades para contribuir com esses objetivos. Cidadãos conscientes do voto e consumidores informados

podem auxiliar comunidades e governos a adotar medidas para a sustentabilidade e caminhar em direção a sociedades mais sustentáveis.

- **Treinamento:** todos os setores trabalhistas podem contribuir para a sustentabilidade local, regional e nacional. O desenvolvimento de programas de treinamento especializado para garantir que todos os setores tenham o conhecimento e habilidades necessários para realizar seu trabalho de forma sustentável tem sido identificado como um componente importante para a EDS.

A manutenção de mudanças ambientais desejáveis, ou seja, as que melhorem as condições do meio em que vivemos, pode ser realizada através da identificação e implementação de política ambiental fundamentada em mudanças ambientais desejáveis que geram ganhos ao meio ambiente.

A identificação de ações ambientais desejáveis que gerem lucro é possível de ser realizada através de metodologia simples e objetiva, porém especializada e personalizada a ser desenvolvida em conjunto.

Qualquer ação ambiental somente deve ser realizada quando estiver de acordo com os valores ou a cultura do empreendimento ou do grupo de pessoas a que se refere. É desejável o desenvolvimento sustentado do meio ambiente para proporcionar melhor qualidade de vida, em conformidade com a política ambiental estabelecida.